

Demonstrações Financeiras

Vórtx Sociedade de Crédito Direto S.A.

31 de dezembro de 2024



ÍNDICE

Relatório da Administração	2
Relatório do auditor independente	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Sociedade de Crédito Direto, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Ao longo de 2024, o foco da SCD foi a estruturação da operação e o mapeamento de todos os processos e serviços que serão realizados, considerando uma entrega de valor agregada, com o objetivo de integrarmos as esteiras de originação de crédito, controle de recebíveis e serviço de cobrança dando uma experiência única de plataforma e serviço aos nossos clientes.

Em 2024, o mercado manteve-se adverso, gerando aumentos na taxa de juros no país e no mundo, com a expectativa de desenfrear o crescimento da inflação. No mercado interno, após um início de ano impactado por quedas da Selic pelo COPOM, tivemos um aumento da inflação no final do ano, o que pressionou o comitê, junto da situação de risco fiscal, a elevar a taxa Selic de 10,75% a.a. em novembro para 12,25% a.a. em dezembro, com perspectivas de aumentos consideráveis já no início de 2025. Com essa taxa mantida em patamares elevados, o mercado de trabalho segue aquecido, fechando dezembro com uma taxa de desemprego de 6,1%, a menor da história do país. No contexto fiscal, o governo vem enfrentando dificuldades em controlar o déficit público, o que pode aumentar a percepção de risco da economia, pressionado ainda mais inflação e a desvalorização do real.

Acreditamos que as conquistas desse ano refletem o nosso contínuo desenvolvimento tecnológico, com iniciativas para maior estruturação do grupo Vórtx como um todo, e consequente construção de excelência operacional, sempre visando oportunidades orgânicas e inorgânicas. Agradecemos o empenho de nossos times diante de um cenário ainda incerto e seguimos confiantes na estabilidade de nossos negócios e no nosso plano de expansão.

A Diretoria



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 – Torre Norte
São Paulo – SP - Brasil
CEP 04543-011

Tel: (5511) 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Vórtx Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vórtx Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 05 de janeiro de 2024 (início das atividades da Companhia) a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vórtx Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 05 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários



**Shape the future
with confidence**

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fabricio', is written over a horizontal line. To the right of this signature is another handwritten mark, possibly a date or initials, consisting of a large '2' and a horizontal line.

Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC - SP241659/O

ATIVO	Notas	31/12/2024	PASSIVO	Notas	31/12/2024
Circulante		2.550	Circulante		5
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.550			
Disponibilidades		2.550	Outras Obrigações	6	5
			Fiscais e Previdenciárias		2
			Outras Despesas Administrativas		3
Permanente	5	43	Patrimônio Líquido	7	2.588
Intangível		43	Capital Social		3.000
			(Prejuízos) Acumulados		(412)
Total do Ativo		<u>2.593</u>	Total do Passivo		<u>2.593</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Notas</u>	<u>01/07/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>05/01/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>
Despesas operacionais	8	(396)	(412)
Despesas administrativas		(391)	(405)
Amortização	5	(5)	(7)
Resultado operacional		(396)	(412)
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(396)	(412)
(Prejuízo) do período		(396)	(412)
Quantidade de quotas		8.688.388	8.688.388
(Prejuízo) do período por quotas (em reais)		(0,04558)	(0,04742)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	01/07/2024 a 31/12/2024	05/01/2024 a 31/12/2024
(Prejuízo) do período	<u>(396)</u>	<u>(412)</u>
Resultado abrangente do período	<u>(396)</u>	<u>(412)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 05 de janeiro de 2024	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Integralização de Capital	1.200		1.200
Aumento de capital (Prejuízo) do período	1.800	(412)	1.800 (412)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>3.000</u>	<u>(412)</u>	<u>2.588</u>
Saldos em 30 de junho de 2024	<u>3.000</u>	<u>(16)</u>	<u>2.984</u>
(Prejuízo) do semestre	-	(396)	(396)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>3.000</u>	<u>(412)</u>	<u>2.588</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>Notas</u>	<u>01/07/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>05/01/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>
Atividades operacionais			
(Prejuízo) do período		(396)	(412)
Ajustes ao Lucro/(Prejuízo)		5	7
Amortização no resultado	5	5	7
Lucro do exercício ajustado		(391)	(405)
Variações em ativos e passivos			
(Aumento) /redução em outros valores e bens		3	-
Aumento/(redução) em outras obrigações		-	4
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais		(388)	(401)
Atividades de investimento			
(Aquisição)/baixas de intangíveis		-	(50)
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de investimento		-	(50)
Atividades de financiamento			
Integralização de capital	6	-	1.200
Aumento de capital		-	1.800
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades de financiamento		-	3.000
		(388)	
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa			2.550
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício		2.938	-
No fim do exercício		2.550	2.550
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		(388)	2.550

1. Contexto operacional

A Vórtx Sociedade de Crédito Direto S.A (“Sociedade” ou “Vórtx SCD”) é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na rua Gilberto Sabino, 215 - Pinheiros, CEP 05425-020, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Sociedade tem como objeto social a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; cessão de créditos a fundos de investimentos, securitizadoras e demais hipóteses previstas na lei em vigor; análise de crédito para terceiros; a cobrança de crédito, inclusive para terceiros; a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); a emissão de moeda eletrônica, nos termos da Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.656/2018 e regulamentação em vigor; prestação de serviços de conta Escrow; originação de cédula de crédito bancários; controle de garantias; e registro de garantias.

A Sociedade é controlada pela VX Holding Financeira S.A com participação societária de 99,9999% e pela Vórtx Serviços Fiduciários que detém 0,0001% da Sociedade, que por sua vez são controladas da Vértera Holding S.A. que atuam integradamente, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições integrantes do conglomerado. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativas são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

A Vórtx SCD obteve, em 04 de dezembro de 2023, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 2023. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Sociedade passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios

determinados pelo BACEN e **teve início das suas atividades em 05 de janeiro de 2024.**

Até o período findo em 30 de junho de 2024, a Sociedade encontrava-se em fase pré-operacional, tendo o status sido alterado em 07 de agosto de 2024 pelo Banco Central para operacional, com a emissão da primeira operação realizada em 08 de agosto de 2024.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.656/2018, de 25 de maio de 2018, do Banco Central do Brasil (BACEN).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto da Resolução BCB nº 02, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções.

Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis

às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos e para contingências, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações apresentadas em Reais foram convertidas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis.

Conforme autorização concedida pelo Banco Central em dezembro de 2023, a demonstração financeira está apresentada sem saldos comparativos.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos

Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa

Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado

Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda

Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos recursos utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo e, de modo geral, incluem o caixa em espécie contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com liquidez imediata, prazo de vencimento igual ou inferior à que haja risco insignificante de variação no valor de mercado. Já as aplicações financeiras são reconhecidas pelo montante aplicado, acrescidos de rendimentos auferidos, corresponde assim ao seu valor justo de disponibilidades.

3.2 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou exercidos com tal finalidade, e aqueles com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem. Está representado por Licenças de uso de software, amortizado à taxa anual de 20% a.a.

3.3 Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A alíquota utilizada para provisão do imposto de renda de pessoa jurídica é de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil. A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido, é de 9% sobre o lucro tributável.

3.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

O valor contábil dos ativos não financeiros da Sociedade, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

3.5 Contingências e provisões para riscos e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

Ativos contingentes: Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

Provisões para risco: São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes: São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos. Passivos dessa natureza não são provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível; e não provisionados, nem divulgados, se classificados como perda remota.

Obrigações fiscais correntes (fiscais e previdenciárias): São referentes a demandas judiciais e que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições.

3.6 Resultado

3.6.1 Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência

3.6.2 Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e os não recorrentes são apresentados de forma segregada.

Observado esse regramento, salienta-se que no período encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve resultados não recorrentes.

3.6.3 Despesa operacional

A despesa operacional da Sociedade é formada pelo montante de juros, ágios/deságios e atualização monetária apuradas em obrigações com terceiros e são reconhecidas pelo regime de competência, quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes aos contratos foram transferidos para a Sociedade; e (ii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades		
Bancos conta movimento	2.550	-
Total	2.550	-

5. Permanente

	31/12/2023	05/01/2024 a 31/12/2024			31/12/2024		
	Saldo Contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Intangível							
Licenças e direitos de uso (i)	-	50	-	(7)	50	(7)	43
Total	-	50	-	(7)	50	(7)	43

(i) O saldo se refere ao licenciamento de software pela contratação do sistema *Cashway* para atividades de backoffice da SCD.

6. Outras Obrigações

	31/12/2024	31/12/2023
Fiscais e Previdenciárias		
Impostos e contribuições a recolher	2	-
Subtotal	2	-
Outras Despesas Administrativas		
Contas a pagar	3	-
Subtotal	3	-

Total	5	-
-------	---	---

7. Patrimônio Líquido

7.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Sociedade totaliza R\$ 3.000 (três milhões de reais), composto por:

- R\$ 1.200 (um milhão e duzentos mil reais), subscritos e integralizados em 07 de janeiro de 2024;
- R\$ 1.800 (um milhão e oitocentos mil reais), provenientes de aumento de capital realizado em 31 de janeiro de 2024.

7.2 Destinação do Lucro

O estatuto social determina que do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- a) 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social.
- b) Pagamento de dividendos aos acionistas de no mínimo 25%.
- c) O saldo, se houver, após as deduções acima serão destinados à reservas estatutárias, visando assegurar a manutenção de adequadas condições operacionais da Sociedade, devendo seu saldo ser utilizado para: (i) absorção do prejuízo, sempre que necessário; (ii) distribuição de dividendos a qualquer momento; (iii) aumento do capital social.

8. Despesas Operacionais

	<u>01/07/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01/2024 a</u> <u>31/12/2024</u>	<u>01/01/2023 a</u> <u>31/12/2023</u>
Despesas administrativas			
Despesas de processamento de dados	381	388	

Despesas de promoções e relações públicas	-	3	
Serviços de terceiros	6	8	
Serviços técnicos especializados	3	5	
Outras despesas administrativas	1	1	
Total	391	405	-

Depreciação e amortização

Amortização de softwares	5	7	
Total	5	7	-

9. Transações com Parte Relacionadas

	Ativo	
	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos a Vista		
Vórtx DTVM Ltda.	2.491	-
Total	-	-

10. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	(412)	(412)
Adições (exclusões)	-	-
Participações no lucro	-	-
Valor base para tributação	(412)	(412)

11. Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as

obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

A Sociedade não registrou ativos contingentes no período, bem como não existem, na data das demonstrações financeiras, quaisquer processos classificáveis como de realização provável ou possível.

Da mesma forma inexistem passivos contingentes classificáveis como de perda provável ou possível, que requeiram provisionamento.

12. Gerenciamento de Riscos

12.1 Riscos Financeiros

Os riscos financeiros são decorrentes das características do modelo de negócios adotado que impactam diretamente nos ativos e passivos da Sociedade, a Vórtx considera o risco de mercado, de crédito, de liquidez e contraparte em seu gerenciamento de riscos e capital. A Sociedade desenvolve políticas e processos para adequar os níveis de exposição ao risco as recomendações dos reguladores e alinhado a sua estratégia refletida na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

12.1.1 Riscos de Mercado

A Vórtx atua de forma conservadora em relação à exposição a esse risco, sem possuir carteira de negociação, nem empregar seu capital na atividade de intermediação de negócios e nem alavancar seus recursos de caixa. Em relação ao risco de perda associado a oscilações e/ou paridades entre moedas estrangeiras, a instituição é prestadora de serviços e não terá posição em papéis vinculados a taxa cambial. Vale ressaltar a política de investimentos da Vórtx é fundamentada em aplicações financeiras de perfil conservador, títulos ou ativos considerados de baixo nível de risco de perda.

Não há exposição relevante nem variações significativas sobre a posição do capital próprio da Vórtx e o seu Patrimônio de Referência está sempre enquadrado nos limites legais estabelecidos.

12.1.2 Riscos de Liquidez

A Vórtx adota posição conservadora frente ao Risco de Liquidez e realiza o controle diário do seu fluxo de caixa a fim de gerenciar tal risco e cumprir as normas vigentes. O apetite da Vórtx por ativos de baixa liquidez é baixo, sendo que as reservas de caixa serão investidas prioritariamente em instrumentos de dívida pública e outros de alta liquidez.

12.1.3 Riscos de Crédito

A Vórtx atua em operações de originação de crédito e que não envolvem operações que exigem a aplicação das regras de gestão de risco de crédito.

Em relação aos recursos próprios, a Sociedade pode investir seu caixa e reservas em instrumentos de baixo risco como a dívida pública, realizar operações compromissadas ou de zeragem com contrapartes de baixo ou médio risco.

12.1.4 Riscos de Contraparte

A Vórtx pelas características de suas atividades, como prestadora de serviços, entende estar sujeita ao risco de contraparte relacionado aos seus contratos e do relacionamento com clientes. Em relação ao capital próprio, não estabelece posições arrojadas, como derivativos ou contratos de alavancagem.

12.2 Gestão de Riscos Não-Financeiros

Os riscos não financeiros são decorrentes do modelo de negócios da Vórtx, sendo eles: operacional, legal/regulatório e socioambiental. A Sociedade entende a importância da gestão dos riscos não financeiros e possui mapeado em seu planejamento metas para acompanhá-los e mitigá-los em seus processos cotidianos, garantindo a adequação aos níveis de exposição declarados e para se manter em posição de destaque no mercado financeiro.

12.2.1 Risco Operacional

A Vórtx é uma fintech e pelas características de seu modelo de negócios entende-se que o risco operacional é de grande importância e portando atua de forma moderada em relação a esse risco, avaliando cada um dos seus processos e classificando o nível de risco individualmente.

12.2.2 Risco Legal e Regulatório

A Vórtx trabalha para mitigar o risco legal e/ou regulatório, pois é regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e entende a necessidade de manter autorização de funcionamento e operação, licenças e permissões fundamentais para a continuidade da Sociedade.

12.2.3 Risco Reputacional

Para tratamento do risco reputacional, a Vórtx adota o processo de *due diligence* e KYC (*Know Your Client*) prévios em relacionamentos com clientes e parceiros, maneira de mitigar não só o risco reputacional, mas também outros riscos do modelo de negócios. A Vórtx reserva-se o direito de vetar ou recusar relacionamento com clientes, parceiros e contrapartes que não se enquadrem nas iniciativas promovidas ou patrocinadas pela empresa.

12.2.4 Risco Socioambiental

A política de risco socioambiental adotada pela Vórtx abrange todos os colaboradores, incluídos sócios, associados, funcionários e outras pessoas de interesse, desta forma garantir a convicção de que responsabilidade social e ambiental estão alinhadas com o espírito e valores da Vórtx e o reconhecimento de que estes riscos podem afetar os negócios em diversas dimensões. É baseada em cinco instrumentos fundamentais:

- (i) Sustentabilidade do negócio: revisão periódica das diretrizes e práticas socioambientais da Sociedade e sua cadeia de valor, de modo a estimular a gestão responsável, a redução da “pegada” (*footprint*) da Vórtx, e a inovação com viés responsável;
- (ii) Relacionamentos sustentáveis com clientes, parceiros e contrapartes: processo de *due diligence* e KYC de clientes, parceiros e contrapartes que incorpore dimensões

socioambientais, de modo a mitigar riscos e exposição a relacionamentos; e processo de monitoramento de relacionamentos com clientes,

contrapartes e, principalmente, parceiros, com a intenção de verificar a adesão a princípios socioambientais e mitigar riscos supervenientes;

(iii) Juridificação progressiva de princípios socioambientais: progressivamente incorporar em produtos, regulamentos, contratos e condições de prestação de serviços cláusulas com declarações e obrigações relacionadas a princípios socioambientais da Vórtx;

(iv) Promoção da diversidade: respeitar a diversidade e promover ações de tolerância, garantindo igualdade de oportunidades e engajamento;

(v) Treinamento: orientação e treinamento de Colaboradores.

13. Limites Operacionais

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade encontra-se enquadrada nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 2.099/94 e legislação complementar.

14. Ouvidoria

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.433, de 23 de julho de 2015.

15. Resultados não Recorrentes

Não houve eventos não recorrentes no período findo em 31 de dezembro de 2024.

16. Prestação de Outros Serviços de Política de Independência do Auditor

Informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o

seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

17. Outros Assuntos

No período de 2024, não identificamos fatos relevantes que remetam a uma situação de deterioração de nossas operações e/ou negócios, até o presente momento. Contudo, a Vórtx seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

18. Eventos Subsequentes

As Resoluções nº 4.966, de 2021 e nº 352 de 2023, do Banco Central do Brasil, estabelecem novas diretrizes relacionadas à gestão de risco de crédito e à classificação de ativos financeiros pelas instituições financeiras e pelas sociedades que atuam no mercado de crédito. Dentre as exigências previstas, a Resolução determina que as instituições devem atender a determinadas exigências de governança, controle e reporte sobre as suas carteiras de crédito.

No entanto, tendo em vista o modelo de negócio da Vórtx Sociedade de Crédito, entendemos que os critérios definidos pela referida resolução para a adoção da nova metodologia de provisões para perdas de crédito não se aplicam, dado que a instituição atua meramente como originador. Dessa forma, considerando o escopo das disposições da Resolução nº 4.966 e a natureza das nossas operações, não há impactos com os requisitos estabelecidos por essa normativa.

Essa posição é confirmada pela análise da estrutura organizacional e das operações da Sociedade, as quais são limitadas as operações de originação de crédito e não envolvem operações que exigem a aplicação das regras de gestão de risco de crédito.

Atualmente, o reconhecimento da perda esperada é realizado com base em métricas descritas em política interna.

Portanto, a Sociedade não está sujeita aos requisitos da Resolução 4.966, de forma que não foram realizados ajustes ou alterações nos processos internos em função dessa regulamentação.

José Aparecido da Silva
Contador
CRC/SP nº 1SP152186/O-4

